

RESENHA

Marilda Alves Adão Carvalho¹

POR UMA TEORIA DA DESREGULAMENTAÇÃO LINGUÍSTICA

SIGNORINI, Inês. “Por uma teoria da desregulamentação linguística”. In: BAGNO, Marcos, “A linguística da Norma”. 1 ed., São Paulo: Edições Loyola, 2002. Vol. 1, p. 93-125.

No texto em questão, Inês Signorini trata da desregulamentação da língua, tema proposto pelo viés da linguagem, desde o título. Assim, de maneira conceitual, ela discute os princípios dinâmicos que norteiam a comunicação social, sem se preocupar com um projeto político-ideológico em defesa de uma língua nacional brasileira, isso no sentido de se criar um modelo de língua a ser seguido por todos os falantes. A autora se posiciona, portanto, não do lado da uniformização dos usos linguísticos, mas do lado da multiplicidade desses e das contradições, das convergências e divergências existentes entre eles, assim como da transitoriedade da ordem linguística.

Para melhor detalhamento de suas ideias, na introdução, a autora apresenta já no início o objetivo principal de seu texto, assim como melhor explicita o que toma por desregulamentação linguística, que é a aceitação da variação linguística, embora sem a normatização almejada com o projeto político-ideológico de construção/consolidação de uma língua eminentemente regulamentada, o que,

segundo ela, fará com que a língua perca suas características de heterogeneidade.

A posição contrária de Signorini à regulamentação e/ou uniformização da língua se faz, portanto, em razão de ela, ao considerar a transitoriedade da ordem linguística, considerar, por sua vez, a variação que decorre dos distintos códigos comunicativos para os usos da língua, da contextualização e interpretação desses, assim como da existência de normatização para os usos da língua em cada código, assim como para contextualizá-los e interpretá-los. Desse modo, tem-se a “desregulamentação” de que se trata a autora que, resumindo, refere-se à “multiplicidade das práticas de uso da língua [...]” (p. 93) independentemente do que as normas regulamentam, mas levando em conta, de forma mais sistemática, as necessidades que as relações sociais cobram.

Para Signorini, em vez da referência de um “modelo de língua”, tendo em vista o uso por todos os falantes, seu interesse se volta à referência, digamos, ao “desconforto” provocado pela variação, que exige do indivíduo um posicionamento ativo ao falar e escrever, visto que pelos distintos usos da língua ele “reproduz formas e sentidos, papéis

e identidades, quanto os altera, tensiona, torce, subverte e produz o novo...”

A autora chama a atenção do leitor para o fato de não se negar a existência e importância dos mecanismos reguladores nos usos da língua, mas, desde que esses mecanismos não interfiram no pluri-direcionamento, na incontabilidade das práticas de usos linguísticos dos falantes. Para tal, usando-se da comparação com a figura da tapeçaria, na qual se realçam as zonas de superposição e indefinição do desenho, a alinearidade, para Signorini, nas práticas linguísticas, o realce se encontra na “instabilidade, nas flutuações, nos deslocamentos e nos modos de regulação ou calibragem das ações dos falantes”. Com essa ideia, Signorini deixa explícito que a seleção de um ponto de vista teórico-metodológico não implica, necessariamente, na exclusão ou na desconsideração do outro.

O foco na desregulamentação da língua, conforme trabalhado pela autora, possibilita compreender as muitas “zonas de superposição”, os traços que compõem os usos da língua, por isso, o não engajamento ao que se pode chamar de problemática da “língua nacional”, mesmo porque o que deve ser focalizado nas práticas comunicativas é a sobreposição dos níveis macro e micro.

A autora, fazendo uso de uma descrição de Deleuze e Guatarri (1975), em que há uma analogia da língua com uma efervescência, apresenta três referências interessantes à discussão sobre desregulamentação da língua: a referência ao caráter variável da língua, à mistura de formas; a referência às normas de uso da língua, estando, pois, frente ao que pode ou não ser dito; a referência à ação do usuário da língua diante do jogo de formas e sentidos.

Referindo-se aos diferentes modos de uso da língua pelo falante, Signorini se remete à

noção de polilinguismo, embora não no sentido de multilinguismo (em que há normatização e controle das línguas nacionais) promovido pelos planejamentos linguísticos da unidade na diversidade, e nem compreendido como o conhecimento e domínio de línguas distintas, mas como polilinguismo na própria língua, uma alternativa que se coloca ao monolingüismo, facultado pela unicidade da “língua nacional”.

Signorini afirma, portanto, que a compreensão da desregulamentação linguística passa pela compreensão de polilingüismo tal como apresentado, relacionando-o, porém, aos processos de transição de um código ao outro, à mistura e à fusão de códigos pelo falante para fazer uso da língua - processos verificados na fala bilíngue pela sociolinguística “interacional/interpretativa” - bem como à transição, à mistura e à fusão de formas empastadas de códigos distintos em usos monolíngues. O polilingüismo, segundo a autora, ancora-se na complexa sistematização da experiência do falante/escrivente com a língua e com os papéis e identidades construídos na comunicação social.

Em se tratando de “língua e nação”, a autora deixa clara a ideia da existência de uma vinculação entre elas, visto que, historicamente, a consolidação da nação e da nacionalidade passa pela legitimação de uma língua nacional, que conferirá unidade à comunidade. Essa língua nacional, por sua vez, passa por um processo de padronização e, em seguida, de reprodução ou divulgação.

De forma bastante clara e informativa, os movimentos nacionalistas são tratados, a fim de complementar a ideia da língua nacional. Para essa abordagem são utilizados alguns teóricos da história, os quais explicam a origem do pensamento nacionalista no ocidente: a Revolução Francesa, a criação dos estados-nação e o Romantismo Alemão.

¹ Professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás – *Campus* de Quirinópolis. Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Apoio: CAPES. Email: mari_carvalho3@hotmail.com

Essa trajetória historiográfica foi bastante esclarecedora, no sentido de o leitor poder acompanhar essa construção ideológica a partir do passar dos tempos e com o surgimento de diversas correntes artísticas e filosóficas.

A língua também foi influenciada com essa movimentação e ímpeto de nacionalismo. A autora mostra que, inicialmente, a língua sofreu processos de codificação e padronização e, depois, os processos de divulgação já dessa língua padronizada, deixando à margem aquilo que não estava de acordo com ela.

Para contribuir com o controle das línguas nacionais, os estudos linguísticos sempre estiveram presentes construindo estudos descritivos ou prescritivos. Para exemplificar esse fenômeno, Signorini utiliza a Escola de Linguística de Praga que possuía princípios invioláveis e paradoxais: princípio da estabilidade da língua, princípio da elasticidade, princípio do prestígio e princípio da polivalência.

Quando a autora utiliza o Círculo linguístico de Praga como exemplo, é observável que, mesmo sendo um movimento que já refletia acerca da mudança linguística, ainda possuía um caráter padronizador, que aborda, inclusive, a língua como instrumento de prestígio social.

Antes da parte referente à “Língua e Nação” se subdividir, Signorini discute a questão de a variedade culta ser considerada a de prestígio, observando aspectos sociológicos, já que os falantes que utilizavam/utilizam essa variedade são aqueles com melhor situação financeira, os mais instruídos e aqueles com ocupação dos melhores cargos e/ou lugares na sociedade.

No subtópico “Língua nacional e normatização linguística”, a autora discorre, inicialmente, sobre a relação existente entre a norma sociológica, referente à cultura local, costumes

etc., e a norma linguística, considerando aqui a comunidade de fala como o lugar a ser analisado, tendo em vista que diferentes comunidades de fala possuem diferentes interações.

Mesmo ao se levar em conta as comunidades de fala, ou seja, mesmo observando a existência de diferenciação da língua devido ao espaço, por exemplo, a autora apresenta argumentos e citações de autores para mostrar que, independentemente da liberdade individual no uso da língua, há a necessidade de o falante se integrar àquela comunidade, servindo-se assim da normatização local, chamado de “equilíbrio dinâmico consentido”.

Desta feita, observa-se uma relevante complexidade ao se tratar do tema tratado nesse subtópico, haja vista que Signorini traz perspectivas de áreas diferentes como ponto de discussão: a Antropologia, a Sociologia, a Sociolinguística e outras.

Na seção denominada “Pluralidade de códigos e comunicação social”, a autora traça uma discussão referente à diferenciação de língua e dialeto. Para explicação, utiliza-se, pois, da metáfora das partículas e das ondas. A primeira diz respeito às estruturas com fronteiras definidas, e a segunda, a conjuntos de estruturas superpostas e que não possuem as fronteiras definidas.

Para resolver possíveis problemas referentes ao estudo, isso de acordo com a partícula como unidade de análise, Signorini apresenta que o trabalho deveria ser dividido de acordo com os objetivos: para os linguistas ficaria a parte de investigação das diferenças estruturais de língua e dialeto, e para os sociolinguistas, o estudo referente às diferenças funcionais.

Aqui, a linguista retoma a discussão feita em relação às comunidades de fala, alegando que, independentemente de um falante não ser mono-

língue, não necessariamente significa que ele possui o mesmo conhecimento linguístico dos outros falantes daquela mesma comunidade, pois cada falante possui um trânsito em redes sociais diferentes, o que gera identidades socioculturais múltiplas.

Esse trânsito entre diferentes redes e/ou meios sociais podem ter como consequência fusão, alternância ou mistura de códigos em contextos diferenciados. Acredita-se que essa mistura de códigos não é principal dentro da ação comunicativa e, por isso, tantos olhos se voltam para essa questão e para a análise. É necessário saber as fronteiras, separar e identificar as partes, verificar as leis que regem a mistura e inserir o falante numa ordem sociolinguística específica.

Já nos contextos multilíngues, como é mais comum a existência de fusão, alternância ou mistura de códigos, esses fenômenos são observados e analisados como centrais e não periféricos por envolverem produções de sentidos, posicionamentos, identidade do falante.

Pode-se, todavia, perceber que em cada situação em que os fenômenos ocorrem, a motivação pode ser diferente. Para exemplificar tal caso, a autora traz alguns exemplos de pesquisas executadas: de Heller, observando a alternância entre o inglês e o francês no Canadá e, de Franceschini, analisando a alternância entre o alemão e o italiano na Suíça.

Para finalizar o desenvolvimento do artigo, no subtópico “Polilinguismo numa mesma língua”, Signorini apresenta, no início, uma breve explicação do que pode ser considerado ‘polilinguismo’, tanto os múltiplos códigos comunicativos que preexistem e podem ser interpretados, como também a seleção desses códigos pelo falante, observando determinada situação comunicacional.

A explicação que a autora fornece é um exemplo de como o polilinguismo pode ser

efetivo: primeiro com um camêlo que usa da forma de falar de um radialista e, depois, de um estudante fazendo uma narrativa em que há a presença de um radialista e utilizando dessa postura em momentos determinados.

Para a análise desse tipo de fenômeno ocorrer é necessário, segundo a autora, que a mudança de código seja notável e passível de diferenciação por parte do analista, pois assim saberá que realmente houve adaptação.

Para concluir essa parte, a autora explica que, assim como a fusão, alternância ou mistura de códigos sofrem com a pressão por parte da sociedade, o polilinguismo, também, passa por situação semelhante e, neste caso, quanto maior for a “cultura de padronização”, maior será a polarização diglósica entre os usos, funções, formas e códigos comunicativos e, por isso maior o desarranjo causado pelo polilinguismo às normas vigentes.

É observável que a autora, com esse artigo, além de discutir a validade da “desregulamentação” da língua, ainda oferece possibilidades de que um analista linguístico estude esse fenômeno. Logo, tem-se como importante a leitura desse trabalho de Signorini, mas esclarecendo ser necessário o conhecimento de aportes teóricos distintos, já que há a citação de diversas correntes, senão linguísticas, e de diversos autores.

Faz-se também relevante a discussão proposta pela autora, uma vez ela advogar a favor da variação linguística, deixando evidente que a padronização da língua poderia suprimir diversas riquezas só possíveis de se encontrar a partir da sua desregulamentação, principalmente, no âmbito interacional, o qual apresenta maior incidência dessa realidade, pois cada contexto solicita um tipo diferente de código, para que haja a adequação linguística e, conseqüentemente, a interação entre os sujeitos da comunicação.